

EXMO. SR. D.D. PREGOEIRO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA

Curitiba, 27 de maio de 2021.

Ref.: Impugnação ao EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2021

MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 77.998.912/0001-29 com sede na Rua Fernando Amaro, n.º 868, Bairro Alto Rua da XV, CEP 80.050-020, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, vem, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência apresentar, na qualidade de interessada em participar do Pregão Eletrônico de Registro de Preços N.º 10/2021, para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA DA INFRAESTRUTURA, DAS OBRAS CIVIS, DAS INSTALAÇÕES DOS CANTEIROS DE OBRAS E DOS EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS E ELETROMECÂNICOS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL – PISF, COM ÁREA DE ATUAÇÃO NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA, CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE, conforme exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, com fundamento no item 5 e seguintes tempestivamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO** pelas razões a seguir expostas.

1. A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNÁIBA – CODEVASF** lançou licitação Registro de Preços na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada da infraestrutura, das obras civis, das instalações dos canteiros de obras e dos equipamentos hidromecânicos e eletromecânicos do projeto de integração do RIO SÃO FRANCISCO com as bacias hidrográficas do NORDESTE SETENTRIONAL – PISF, com área de atuação nos ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA, CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE, conforme exigências estabelecidas no Edital.

2. Por prestar serviço compatível com o objeto do certame, a **Impugnante** pretende acudir ao chamamento público e participar do Pregão.

3. Ocorre que há flagrante vício no Edital que macula o certame o qual deve ser revisto por esta MD Comissão conforme será demonstrado a seguir.

4. O objeto do certame se divide em 3 (três) Estados – Ceará/Pernambuco/Paraíba conforme consta do item 2 do Edital.

5. Os Lotes 1 e 2 devem ser executados tanto no Estado de Pernambuco como no Estado do Ceará, ocorre que no sistema COMPRASNET quando do cadastramento da Proposta Financeira, esta, só pode ser vinculada a um único CNPJ.

6. A Lei Federal 7.102/83, regulamentada pelo Decreto 89.056/83 e pelo Decreto 1.592/95 que são os instrumentos legais que estabelecem as normas para a constituição e os requisitos que devem ser cumpridos para o funcionamento das empresas especializadas que executam serviços orgânicos de segurança e vigilância, estabelece que as empresas para o exercício dos serviços de vigilância possuem autorização exclusiva para cada área de abrangência, ou seja cada CNPJ pode atuar exclusivamente no Estado em que se encontra não se estendendo para qualquer outra localidade.

7. Esta situação, inviabiliza o cadastro no sistema COMPRASNET no que se refere aos Lotes 1 e 2. Já que a documentação de habilitação jurídica é diferente para Estados distintos.

8. Também há empecilho relacionado ao próprio sistema COMPRASNET, pois como é de seu conhecimento, para o vencedor do certame é este cadastro quem realiza a vinculação dos Empenhos para fins de pagamento e execução do Contrato. Exemplificando: ao realizarmos o cadastro da Proposta para o CNPJ da filial de Pernambuco, o qual tem como final (xx-01), o empenho caso sejamos vencedores do certame sairá para a (filial xx-01) pois é diretamente vinculado ao CNPJ constante no COMPRASNET cadastrado na licitação.

9. No entanto, caso sejamos vencedores do respectivo Lote, os serviços serão executados tanto no Estado de Pernambuco como no Estado do Ceará, ocorre que a Autorização da Polícia Federal **conforme o já mencionado será com CNPJs diferentes pois a Lei Federal 7.102/83, regulamentada pelo Decreto 89.056/83 e pelo Decreto 1.592/95** exige que tenhamos filiais constituídas em cada Estado, o que por conseguinte implica em **CNPJs** distintos.

10. Destaque-se que mesmo em se considerando ser uma única Pessoa Jurídica, apenas com filiais distintas, o SIASG (local no qual é cadastrado o contrato) e o SIAFI (local no qual é realizado o empenho, liquidação e pagamento) não aceitam tal possibilidade.

11. Edital na forma como colocado cria óbice à própria realização da disputa, já que os documentos de habilitação são diferentes para estados diferentes, ao ser realizar um cadastro único a Comissão não teria como aferir se os licitantes possuem a documentação de Habilitação técnica exigida pela Lei Federal 7.102/83, regulamentada pelos Decreto 89.056/83 e Decreto 1.592/95 para atuação em cada um dos respectivos Estados.

12. Assim se faz necessária a correção do Edital, e a divisão dos Lotes especificamente para cada Estado de atuação, pois na forma como colocado há inviabilização do certame.

13. Pelo exposto, em que pese o respeito da impugnante por esta Comissão, insurge-se almejando a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

JULIANA C. CAMPANA WUNDERLICH
Representante Legal
